5.**A Realidade Social revelada nos Estudos Sociais**

Continuamente o profissional de Serviço Social, detentor de saberes capazes de legitimar as decisões judiciais na área da infância, adolescência e família, vem sendo chamado a assessorar o juiz no conhecimento e na clarificação de expressões da questão social que envolve esses sujeitos.

Nos 22 processos escolhidos para esta pesquisa tem-se a intervenção de assistentes sociais da Comarca do Rio de Janeiro, além da atuação de profissionais de outras Comarcas e de instituições de certa maneira vinculadas ao judiciário, envolvidas também com a proteção dos direitos de crianças e adolescentes. Todas as situações denunciadas envolvem a negligência, abuso sexual, maus-tratos, abuso psicológico, abuso físico contra esses segmentos.

Com base nesses Estudos Sociais (Quadros 1 e 2; p. 69-72) percebe-se que várias expressões correntes da realidade dos sujeitos emergem compondo o cenário transpassado pela violência. Optou-se pela ênfase aos conteúdos significativos da realidade social desvelados por esses estudos. As questões mais relevantes vivenciadas pelas famílias aparecem de forma concreta nos relatórios sociais.

Observa-se os seguintes aspectos presentes no acompanhamento das famílias pela Vara da Infância, da Juventude e Idoso:

- a) Com relação à pobreza: falta de moradia adequada; precariedade material, condições precárias de moradia; dificuldades financeiras crônicas; falta de condições básicas para sobrevivência. Aqui se delineia o quadro de crise de econômica e da evidente retração do Estado na esfera social.
- b) Quanto ao trabalho: exclusão do mercado de trabalho, desemprego, trabalho precário.

c) Com relação à saúde: precariedade da saúde física das crianças; carência afetiva e emocional.

d) Em relação à dinâmica das especificidades das famílias: relações familiares conflituosas; laços familiares fragilizados; convívio de agressores com vítimas no espaço doméstico; constatação do afastamento do agressor do espaço doméstico; discórdia em relação à visitação de filhos; dificuldades para estabelecer limites/regras de convivência; família numerosa; conflitos de relacionamentos entre pais e adolescentes; crise familiar; monoparentalidade (feminina), ausência da figura materna e paterna; dificuldade de localização dos pais; privacidade da família não preservada por instituições.

e) Com relação aos adolescentes: gravidez precoce, evasão escolar; desrespeito a autoridade dos pais.

f) Sobre a violência doméstica: negligência; violência sexual; violência psicológica; violência física.

De uma forma geral, os laudos dos assistentes sociais indicaram: permanência das crianças na família de origem; fortalecimento dos laços familiares através de acompanhamento da equipe técnica; sugestão de que mãe não seja culpabilizada na ação de Representação Administrativa; avaliação da situação da vítima após abuso sexual prolongado; identificação de valores familiares; preservação da vida privada; constatação da não intencionalidade da violência física; avaliação de situação familiar não negligente; acompanhamento da família pelo Conselho Tutelar, inclusão da família na Escola de Pais e em programas assistenciais.

Nos Estudos Sociais realizados por outras instituições foram ressaltados:

a) Com relação à pobreza: precariedade sócio-familiar, falta de moradia; situação de rua; moradia nas ruas.

b) Quanto ao trabalho: desemprego; desqualificação profissional; má remuneração.

- c) Com relação à saúde: problemas mentais, doenças psiquiátricos, alcoolismo.
- d) Em relação à dinâmica das especificidades das famílias: falta de rede de apoio; fragilidade dos laços parentais; falta de vínculos familiares; dificuldade de exercício dos papéis parentais; abandono dos filhos; identificação de vínculos maternos/filiais; abandono paterno, relações; de monoparentalidade.
- e) Com relação aos adolescentes: drogadição, qualificação profissionalização.
- f) Sobre a violência doméstica e geral: negligência; abandono; violência sexual; violência contra a mulher; tráfico e uso de drogas.

Na sua totalidade os pareceres das instituições apontam: constatação da situação socioeconômica precária; avaliação de aspectos positivos para reintegração familiar; avaliação de aspectos negativos para reintegração familiar; promoção social da família; manutenção de crianças na escola; acompanhamento familiar; constatação da negligência; inclusão em Núcleo de Apoio Familiar para atendimento; constatação da existência de vínculos maternos/filiais; desligamento de abrigo; desligamento de criança de instituição; respeito à individualidade de adolescente abrigado.

Nos Estudos Sociais realizados por outras Comarcas foram identificados os seguintes aspectos:

- a) Com relação à pobreza: dados não apontados;
- b) Em relação ao Trabalho: interdição materna, desemprego;
- c) Sobre a Saúde: problemas mentais da genitora;
- d) Quanto à família: reorganização familiar; mobilização para reinserção de membros; famílias não localizadas;

e) Com relação à adolescente: integração familiar;

f) Sobre a Violência doméstica: negligência.

Os assistentes sociais de outras Comarcas apontaram: disposição da família em acolher membro; impossibilidade do exercício da maternidade por conta de problemas mentais; situação sócio-familiar favorável à reintegração de adolescente.

Observa-se em relação à intervenção dos assistentes sociais nas situações destacadas pela pesquisa que há um eixo comum, isto é, uma “base” fundante: a questão social atravessando o cotidiano dos sujeitos envolvidos nas ações judiciais, que deve ser considerada como elemento central na relação entre o profissional e realidade.

Ao recolherem informações sobre a vida de crianças, adolescentes e de suas famílias, a partir da intervenção nas ações judiciais, os profissionais lidam com dados e indicadores que expressam particularidades da realidade social, isto é, o cotidiano de pessoas reais que possuem suas estratégias de sobrevivência, que têm uma história familiar e que se constituem como indivíduos sociais. Desse modo, conforme assinala Fávero (2004:84), o Estudo Social, “contempla a inclusão dos sujeitos singulares na universalidade mais ampla em que se inserem”.

Na pesquisa realizada alguns elementos valem ser destacados. Nos autos estudados nove sentenças judiciais (Quadros 1 e 2) referem-se de forma expressa ao Estudo Social. Dessa forma, verifica-se que nessas ações os dados sociais foram considerados pelo Ministério Público e pelo juiz, isto é, pelos “distribuidores” da justiça na área da infância e juventude. Eis um trecho da sentença.

“Não comprovada a conduta antijurídica do Art. 129. Com base no Estudo Social, julgo improcedente a ação” (Quadro 1, Processo nº. 3, negligência).

Em algumas sentenças outros aspectos da realidade social foram ressaltados, minimizando, em alguns casos, a severidade das medidas aplicadas, quer seja

através da advertência aos “requeridos”, considerando a não aplicação de multas (ao se constatar as condições concretas da vida dos sujeitos) ou pela determinação de inclusão em programas oficiais ou comunitários (promoção, orientação à família, à criança e ao adolescente). Exemplificando, tem-se os seguintes registros:

“Restou comprovado o esforço da genitora em reverter a situação em que se encontra a adolescente, muito embora deva ser salientado que a mesma não estaria nas ruas se houvesse tal dedicação desde tenra idade. No entanto, a multa prevista no Art. 129 seria aplicada no prejuízo do próprio titular do direito protegido. Julgo procedente em parte a representação e aplico medida de advertência (devendo zelar para que T frequente as aulas). Encaminhe-se a adolescente para curso de profissionalização” (Quadro 1, Processo nº 7, negligência).

“Infringiu o Art. 249. Jugo procedente. Aplicação de medidas previstas no Art. 129 do ECA. Deixo de aplicar multa devido a miserabilidade da requerida. Oficie-se Conselho Tutelar ¹⁰ para cumprimento das medidas aplicadas” (Quadro 2, Processo nº 14, negligência).

As sentenças judiciais, no âmbito da Infância e Juventude, implicam na determinação de medidas tendo por base disposições contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme pode ser constatado em alguns dos registros dos autos pesquisados. São aplicadas aos pais ou responsáveis por crianças e adolescentes.

Um aspecto importante, é que nos 22 processos estudados, a negligência, aparece na maioria dos autos estudados (principalmente a negligência materna), sendo marcante a responsabilização da família pelo judiciário. A questão é muito polêmica, já que é difícil avaliar o limite entre a falha ou omissão dos pais nos cuidados com os filhos, quando a família encontra-se submetida à miséria e exclusão social (Guerra, 2001). A diferenciação assume contornos visíveis pelo

¹⁰ De acordo com o ECA, Art. 131- “O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei”.

fato de que a incidência da negligência é marcante nas famílias pobres e excluídas. Com base nesses dados, verifica-se a tendência do judiciário em penalizar as famílias, que originariamente são negligenciadas pelo próprio Estado.

De uma maneira geral, os conteúdos presentes nos Estudos Sociais são reveladores da exploração sócio-econômica e desproteção social a qual estão submetidos significativo número de usuários dos serviços judiciários; tal cenário traduz a conjuntura político-social da sociedade brasileira na atualidade.

Nos relatórios sociais a questão da pobreza aparece de forma marcante, evidenciando que as relações sociais perpassadas pela violência não se encontram isoladas de uma estrutura sócio-econômica. A situação de pobreza vivenciada pelas famílias pode se apontada como umas das razões que levam mães e pais a ignorarem, a negligenciarem ou vitimizarem seus filhos; embora a vitimização de crianças/adolescentes seja encontrada em diferentes segmentos sociais. Esse cenário, comum à prática dos assistentes sociais, retrata a ausência de políticas de proteção social à população de baixa renda, por conta do retraimento do Estado nessa área e da própria despoltização da questão social.

QUADRO 1: VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: processos atendidos na Vara da Infância, da Juventude e Idoso da Comarca da Capital do RJ, ano 2000.

PROCESSOS ESTUDADOS	Nº 1	Nº 2	Nº 3	Nº 4	Nº 5	Nº 6	Nº 7	Nº 8	Nº 9	Nº 10	Nº 11
VIOLÊNCIA SOFRIDA	Abandono em abrigo.	Abuso sexual desde os 10 anos de idade.	Maus-tratos; falta de cuidados básicos.	Abuso sexual por vizinho; falta de cuidados básicos.	Abandono; vivendo nas ruas	Abandono; vivendo nas ruas.	Abandono em abrigo desde 2 anos.	Abandono; vivendo nas ruas.	Abandono; vivendo nas ruas.	Espancamento, queimaduras (menino); falta de cuidados básicos.	Falta de cuidados básicos.

Fonte: Divisão de Serviço Social NOTAS: CT (Conselho Tutelar); ABRAPIA (Associação Brasileira de Proteção à Infância e Adolescência); SMDS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social-Programa Vem para Casa); S/I (Sem Informação); NR (Não Realizado (a)); * Estudo Social realizado pela Comarca da Capital; ** Estudo Social realizado por outra instituição; *** Estudo Social realizado por outra Comarca.

QUADRO 1: VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: processos atendidos na Vara da Infância, da Juventude e Idoso da Comarca da Capital do RJ, ano 2000. (Continuação)

ESTUDO SOCIAL	* Aponta pobreza familiar; sugere permanência crianças na família de origem.	* Sinaliza que agressor não convive mais com adolescente. Sugestão de não punição da mãe.	* Aponta para não situação de maus-tratos. Família reage interferência de CT e ABRAPIA. Ressalta valores familiares.	* Aponta para situação sócio-familiar precária. Sugere avaliação da Divisão de Psicologia.	** Situação sócio-familiar precária. Drogadição do adolescente.	*** Pais não localizados. E. Social não realizado.	*** Mãe com problemas mentais. Tia-materna deseja acolher o jovem. ** Jovem se nega a sair do abrigo. Veio a Falecer posteriormente.	* Sugestão de E. Social se realize na Comarca onde pais residem. *** S/I	* Sugere E. Social pela SMDS. **Promoção familiar. Jovem reintegrada. Encaminhamento p/ Escola de Pais e regularizar documentos.	* Situação sócio-familiar precária. Sugere inclusão Escola de Pais, Acompanha-mento CT e Psicologia.	* Situação sócio-familiar precária. Sugere inclusão Escola de Pais, acompanha-mento CT e Psicologia.
SENTENÇA	Acolhe Estudo Social. Julga Improcedente.	Acolhe E. Social e Psicológico. Julga improcedente.	Acolhe E. Social. Julga improcedente.	Advertência contra pais.	Advertência Reconhece esforço da mãe em reverter situação.	Adolescente atingiu maioridade.	Acolhe E. Social. Julga improcedente.	Suspensão do Processo até localização do adolescente.	Advertência Mãe com interesse em reverter situação familiar.	Advertência. Reconhece esforço da mãe em reverter situação.	Advertência contra mãe. Acolhe E. Social.

Fonte: Divisão de Serviço Social;

QUADRO 2: VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: processos atendidos na Vara da Infância, da Juventude e Idoso da Comarca da Capital do RJ, ano 2000.

PROCESSOS ESTUDADOS	N °12	N ° 13	N ° 14	N ° 15	N ° 16	N ° 17	N ° 18	N ° 19	N ° 20	N ° 21	N ° 22
VIOLÊNCIA SOFRIDA	Exposição à situação vexatória, agressão, restrição pela mãe de acesso ao pai.	Exposição a abuso sexual de 10 anos.	Vivendo nas ruas em situação de pedinte, com a mãe adolescente.	Situação de abandono; vivendo nas ruas.	Sem cuidados básicos, convivendo com mãe alcoólatra.	Sem cuidados básicos, desnutrição.	Abandono; vivendo nas ruas.	Abandono; vivendo nas ruas.	Abandono, crianças nas ruas vendendo doces e pedintes.	Espancamento pelo pai, falta de cuidados básicos, crianças confinadas em casa, mãe trabalhando.	Abuso sexual, espancamento. Problemas psiquiátricos (mãe).
ESTUDO SOCIAL	*Conflitos familiares. Não intencionalidade paterna. Sugere avaliação da Psicologia e Vara de Família.	** (Pais sem autoridade). * Abandono, escolar, crise familiar acirrada. Pai não saiu do lar. Gravidez da jovem. Sugere Psic./Escola de Pais.	*Família não localizada. Estudo Social não realizado. Sugere acompanhamento do CT.	*Família não localizada. Estudo Social não realizado. Endereço insuficiente. ** Mãe passou por abrigos, sem adaptação as regras. B/A da criança c/Oficial de Justiça sem êxito.	*Ação do CT para re-integração. Sugere E. Social pelo CT. **Aponta dificuldades p/ retorno da jovem ao lar. Falta de vínculos familiares.	* Mãe não compareceu p/ realização do E. Social. Contato c/ CT sobre caso. ** B/A das crianças sem êxito. Após ação CT, crianças na escola e promoção familiar.	*Sugestão para realização do E. Social pela Comarca onde os pais residem. *** S/I	* Sugere E. Social pela S MDS. ** Jovem usa drogas, idas às ruas. Mãe com filho de 1 ano. Encaminhada à creche e Núcleo de Apoio Familiar.	*Sugere E. Social pela SMDS. **Sugere inclusão em Programas Assistenciais .Aponta atitude negligente com filhos	*Sugere E. Social pelo Abrigo. **Mãe afetiva, vínculo familiar. Sugestão de regime de externato. Pai desaparecido(tráfico de drogas).	* Sugere E. Social pelo Abrigo. ** Criança visitada pela avó-materna e mãe. Avó deseja obter guarda. Mãe problemas mentais.

Fonte: Divisão de Serviço Social NOTAS: CT (Conselho Tutelar); SMDS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social-Programa Vem para Casa); S/I (Sem Informação); NR (Não Realizado (a)); * Estudo Social realizado pela Comarca da Capital; ** Estudo Social realizado por outra instituição; *** Estudo Social realizado por outra Comarca.

QUADRO 2: VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: processos atendidos na Vara da Infância, da Juventude e Idoso da Comarca da Capital do RJ, ano 2000. (Continuação)

PROCESSOS ESTUDADOS	N °12	N ° 13	N ° 14	N ° 15	N ° 16	N ° 17	N ° 18	N ° 19	N ° 20	N ° 21	N ° 22
SENTENÇA	Acolhe Estudo Social e Psic. Pais advertidos. Verificada Violência Psicológica. Determina Psicoterapia Familiar.	Admissão dos fatos pela mãe. Ação procede. Afastamento genitor do lar. Art. 129 II (ECA)	Julga a ação Procedente. Não aplicação de multa devido situação de pobreza. Art. 129 (ECA)	Julga extinto. Jovem completou 18 anos.	Abandono afetivo e material, Julga Procedente a ação.	Procedente. Mãe não atendeu justiça. B/A 5 crianças. Constatação Posterior de Promoção familiar.	Julga a ação. Procedente. Aplicar multa a pais quando localizados.	Julga extinto. Jovem completou 18 anos. Providências quanto filho caçula.	RA procedente. Base E. Social SMDS. Descumprir pátrio poder	Acata Estudo Social. Salienta interesse da mãe em manter laços c/filhas. Julga procedente RA contra pai.	Base E. Social do abrigo. Não identificada sentença.

Fonte: Divisão de Serviço Social. Notas: CT (Conselho Tutelar); SMDS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social-Programa Vem para Casa); BA (Busca e Apreensão).

5.1.

A realidade das famílias

A realidade das famílias que compõem os processos que tramitam nas Varas da Infância e Juventude, distancia-se significativamente do modelo idealizado da chamada família nuclear. Conforme confirmado no universo pesquisado, esse espaço doméstico apresenta-se com diferentes configurações com personagens identificados não só por critérios de consangüinidade, mas por outros fatores que envolvem a coabitação, o afeto, a sobrevivência dos membros, definindo de forma peculiar a convivência dessas pessoas.

As famílias focadas, confrontadas em seu cotidiano com a questão da violência doméstica, apresentaram modificações significativas em seu desenho, percebidas no transcorrer das ações judiciais. Para fins deste estudo foram escolhidas para analisá-las as categorias monoparentais, reconstituídas e nucleares (conforme estudos de Féres-Carneiro, 2003; Jablonski, 2003; Sousa e Rizzini, 2001)¹¹. O critério fundamental usado para essa categorização foi a identificação da figura em torno de quem a família supostamente se organiza, tanto material quanto emocionalmente e em relação à responsabilização de crianças e adolescentes.

Os dados objetivos registrados a respeito da situação familiar, de forma geral, apontados nos Quadros 3 e 4 (p. 76-77), indicam que no início da ação judicial eram identificadas: 12 famílias monoparentais (11 femininas, nos processos 5; 7; 9; 10; 11; 12; 14; 17; 19; 20 e 22) e 1 masculina, no processo 1); 3 nucleares (processos 3; 13 e 21); 3 reconstituídas (processos 2; 4 e 16) e 4 sem dados específicos (processos 6; 8; 15 e 18). No final dos trâmites processuais, cerca de um ano após o início da ação, foram identificadas; 14 famílias monoparentais femininas (processos 2; 4; 5; 7; 9; 10; 11; 12; 13, 16; 17; 19; 20 e 22); 1 família nuclear (processo 3); 2 famílias reconstituídas (processos 1 e 19) e 5 famílias sem dados (processos 6; 8; 14; 15).

¹¹ Monoparental feminina, organizada em torno de uma figura feminina sem companheiro coabitando; monoparental masculina, organizada em torno de uma figura masculina sem companheira coabitando; família nuclear, constituída pelo casal e filho; família reconstituída, constituída pelo casal em que um, ou ambos os cônjuges, já tiveram uniões, com filhos ou sem filhos.

Verifica-se que o fenômeno da violência afeta de forma significativa o cotidiano e as relações estabelecidas na esfera familiar. Há um movimento oscilante que mostra fragilidades e possibilidades de novos desenhos familiares no que diz respeito: ao número de membros, à circulação de crianças¹² e/ou adolescentes, às relações de conjugalidade, a questão da subsistência do grupo familiar, da coabitação, da mudança de moradia, das relações de afeto, enfim, situações concretas da vida dessas pessoas.

De forma específica, as famílias envolvidas com denúncias de negligência apresentaram-se no início dos autos processuais da seguinte forma: 12 famílias monoparentais (11 femininas e 1 masculina); 3 nucleares; 2 reconstituídas e 4 sem dados informativos. No final da ação judicial, 14 famílias foram identificadas com características monoparentais femininas; 2 reconstituídas; 1 nuclear e 5 não se obteve informações.

Nos casos estudados percebe-se uma predominância de famílias monoparentais femininas, ficando a cargo da figura feminina os cuidados com a prole. Em consequência disso, a mulher torna-se protagonista predominante das ações judiciais. Em contrapartida, a responsabilização do pai “omisso”, “ausente”, torna-se menos expressiva. Na medida em que a mulher é quase sempre a única a cuidar dos filhos, nela se concentra a responsabilização pelos supostos ou reais descuidos com a prole. Dessa forma, é possível ser tênue o limite entre o abandono, a negligência, a privação de cuidados adequados e a vitimização dos filhos diante de precárias condições sócio-econômicas.

Há uma dificuldade grande dificuldade em se diferenciar a negligência e a carência de recursos sócio-econômicos, principalmente no contexto brasileiro. O desamparo familiar e a privação econômica, associados ao baixo nível de informação de grande parcela da população são comuns num país marcado por profunda desigualdade social. Assis (1999) aponta que nas estatísticas disponíveis

¹² Fonseca (1985) utiliza o termo "circulação de crianças" referindo-se a alta incidência de crianças que passam parte de sua infância e juventude fora da casa de seus genitores.

a negligência constitui-se num dos tipos de violência mais comumente detectados nos serviços que atendem vítimas de violência.

Quanto às mudanças ocorridas nas famílias envolvidas com a violência física, nota-se também que no início havia 3 monoparentais (femininas) e 1 nuclear; no final todas se tornaram monoparentais femininas. Na única família em que houve a ocorrência de violência psicológica constatou-se que ela conservou a característica monoparental feminina inicial.

Nas situações que envolvem a violência sexual, especialmente quando o pai ou padrasto é acusado por perpetrar o abuso, constata-se o estabelecimento de novos contornos familiares. Nos casos estudados no início processual foram identificadas 2 famílias reconstituídas, 1 nuclear e 1 monoparental. Ao final as 4 famílias apresentaram características monoparentais (femininas), decorrentes do abandono e/ou separação do elemento masculino.

Com relação à violência sexual, nos casos em que há determinação judicial de afastamento do agressor do lar, como medida inicial de proteção à criança/ou adolescente, nem sempre tal cumprimento é realizado por vias legais e, sim, concretizado por outras formas de poder. Isto porque a própria dinâmica das relações entre os membros ou mesmo, as pressões exercidas por terceiros (a situação, muitas vezes, extrapola o espaço privado), se incubem de promover, mais dia menos dia, a saída do agressor do espaço doméstico. Além disso, há uma dissonância entre o tempo da justiça e o dinamismo das relações sociais. Muitas vezes o cumprimento da determinação judicial acontece tardiamente e a situação originária assumiu outros contornos.

QUADRO 3: VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: processos atendidos na Vara da Infância, da Juventude e Idoso da Comarca da Capital do RJ, Ano 2000.

PROCESSOS ESTUDADOS	Nº 1	Nº 2	Nº 3	Nº 4	Nº 5	Nº 6	Nº 7	Nº 8	Nº 9	Nº 10	Nº 11
AÇÃO/ PERÍODO	RA Janeiro	RA Janeiro	RA Janeiro	RA Março	RA Março	RA Abril	RA Fevereiro	RA Março	RA Março	RA Março	RA Março
TIPIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA	Negligência	Negligência/ Violência Sexual	Negligência	Negligência/ Violência Sexual	Negligência	Negligência	Negligência	Negligência	Negligência	Negligência/ Violência Física	Negligência
FAMÍLIA INÍCIO	Pai e 2 filhos	Mãe, 3 filhos e companheiro.	Pais e 10 filhos.	Mãe, 2 filhos e companheiro.	Mãe e 3 filhos.	S/I	Mãe e 1 filho.	S/I	Mãe e 9 filhos.	Mãe e 4 filhos.	Mãe e 3 filhas.
FAMÍLIA FINAL	Pai, 5 filhos e companheira.	Mãe e 3 filhos.	Pais e 9 filhos; (1 falecido).	Mãe e 2 filhas; (1 falecido).	Mãe e 3 filhos.	S/I	Mãe e 2 filhas.	S/I	Mãe e 2 filhos.	Mãe e 4 filhos.	Mãe e 2 filhas e 1 filho.

Fonte: Divisão de Serviço Social. Notas: Representação Administrativa; S/I – Sem informação

QUADRO 4: VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: processos atendidos na Vara da Infância, da Juventude e Idoso da Comarca da Capital do RJ, ano 2000.

PROCESSOS ESTUDADOS	N °12	N ° 13	N ° 14	N ° 15	N ° 16	N ° 17	N ° 18	N ° 19	N ° 20	N ° 21	N ° 22
AÇÃO / PERÍODO	RA Março	RA Fevereiro	RA c/ BA Fevereiro	RA Março	RA Fevereiro	BA Fevereiro	RA Março	RA c /BA Março	RA Março	RA Fevereiro	BA Fevereiro
TIPIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA	Violência Física/ Violência Psicológica	Violência Sexual	Negligência	Negligência	Negligência	Negligência	Negligência	Negligência	Negligência	Negligência/ Violência Física	Violência Sexual/ Violência Física
FAMÍLIA INÍCIO DA AÇÃO	Mãe e 2 Filhos	Pais e 2 filhos	Mãe e 1 filho	S/I	Mãe, 3 filhos e companheiro	Mãe e 7filhos	S/I	Mãe e 4 filhos	Mãe e 4 filhos	Pais e 4 filhos	Mãe e 1 filha
FAMÍLIA FINAL DA AÇÃO	Mãe e 2 filhos	Mãe e 2 filhos	S/I	S/I	Mãe e 2 filhas	Mãe e 7 filhos	S/I	Mãe, 1 filho e companheiro	Mãe e 5 filhos	Mãe e 4 filhos	Mãe e 1 filha

Fonte: Divisão de Serviço Social. Notas: RA – Representação Administrativa; BA- Busca e Apreensão; S/I- Sem informação.